

Culturas e história dos povos indígenas

2



Willian Douglas Guimarães
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Culturas e história dos povos indígenas

2



Willian Douglas Guimarães
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Culturas e história dos povos indígenas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Revisão: Os autores
Organizador: Willian Douglas Guilherme

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C968 Culturas e história dos povos indígenas 2 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-335-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.351212307>

1. Cultura indígena. 2. Povos indígenas. I. Guilherme, Willian Douglas (Organizador). II. Título.

CDD 306.089

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “Culturas e História dos Povos Indígenas 2” traz um conjunto de pesquisas que alinham educação e interculturalidade indígena, além de um artigo sobre a Aldeia Budista *Sukavati* e outro sobre o povo *maya* da cidade de Mérida, no México.

O primeiro, escrito a seis mãos, Vieira, Araújo e Almeida destacam a importância de uma educação intercultural como “via de ação política”, denunciando a exclusão de várias etnias indígenas dos livros didáticos, defendendo uma revisão da historiografia frente a essa negligência, pensando a educação como mediadora das mudanças sociais.

O segundo artigo, escrito por Santana, demonstra seu estudo sobre a cultura e história dos povos indígenas do Estado de Rondônia que são trabalhados por meio da literatura de cordéis amazônicos, com destaque ao poema “Índios de Rondônia”.

O terceiro artigo, de Guerra e Pereira, também denunciam o ocultamento da história indígena, desta vez, no Estado do Rio Grande do Norte. O estudo apresenta o resultado de estudos sobre os índios deste estado, o que resultou no seminário *Jeporuvô Arandú*, que intitula o artigo. Bem defendida, a interculturalidade é uma necessidade que deve ser melhor trabalhada dentro do espaço escolar do estado.

Corrêa, Abreu e Costa Lima trazem um estudo bibliográfico que compreende os anos de 1988 a 2021 onde pesquisaram a característica das políticas educacionais relativas a implementação da educação escolar indígena a partir da criação dos Territórios Etnoeducacionais. Segundo os autores, a pesquisa concluiu que sem o apoio efetivo do Estado se torna difícil a implantação concreta das políticas de educação indígena no Brasil.

O quinto artigo, relata a experiência da implantação das Aldeias Rurais Budistas no município de Quatro Barras, no Estado do Paraná. A comunidade Budista é a *Sukavati* e o estudo destaca os impactos positivos da presença desta comunidade em seu entorno, influenciando um maior contato das pessoas com a natureza.

Fechando o e-book, o antropólogo Ferreira, relata sua experiência de vivência no México entre os anos de 2018 e 2019, onde entrevistou os *mayas* da cidade de Mérida na intenção de identificar as mudanças do espaço ocupado por esta população. É um estudo reflexivo e que merece atenção do leitor que busca compreender fenômenos de segregação social.

Convido a navegarem pelos textos e desfrutarem do prazer desta leitura.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A (RE)DENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA E A PRÁTICA ESCOLAR: TROCAS ENTRE SABERES, MOBILIZAÇÕES E DIREITOS ÉTNICOS

Alexandre Gomes Teixeira Vieira

Mikaela Moreno Vasconcelos Araujo

Tatiane Lima de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123071>

CAPÍTULO 2..... 16

CULTURA E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA: ENSINO E APRENDIZAGEM NA LITERATURA DE CORDEL

Francisco Marqueline Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123072>

CAPÍTULO 3..... 28

OS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS COMO OBJETO DE ESTUDO EM PESQUISAS ACADÊMICAS REALIZADAS NO BRASIL

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu

Marcelo Machado Costa Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123073>

CAPÍTULO 4..... 49

JEPURUVÔ ARANDÚ – “UTILIZANDO SABEDORIA”: UMA EXPERIÊNCIA COM EDUCADORES E GESTORES EM TORNO DA TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE DO NORTE, DE ACORDO COM A LEI 11.645/2008

Jussara Galhardo Aguirres Guerra

Maria Gorete Nunes Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123074>

CAPÍTULO 5..... 60

IMPLANTAÇÃO DE ALDEIAS RURAIS BUDISTAS: ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE ESTUDOS BUDISTAS BODISATVA SUKAVATI NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS

Simone Ciunek Corrêa

Luciane Silva Franco

Juliana Marques Santos Oliveira

Paulo Cesar Marcondes

Cristiana Magni

Reinaldo Knorek

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123075>

CAPÍTULO 6..... 72

PARA QUE OUTRA ETNOGRAFIA SOBRE MAYAS EM UMA CIDADE MEXICANA?

Marcos Henrique Barbosa Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3512123076>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	81
ÍNDICE REMISSIVO.....	82

CAPÍTULO 1

A (RE)DENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA E A PRÁTICA ESCOLAR: TROCAS ENTRE SABERES, MOBILIZAÇÕES E DIREITOS ÉTNICOS

Data de aceite: 23/07/2021

Data de submissão: 28/05/2021

Alexandre Gomes Teixeira Vieira

Mestre em culturas africanas, da diáspora, e dos povos indígenas - PROCADI - Universidade de Pernambuco/ UPE

Mikaela Moreno Vasconcelos Araujo

Mestre em culturas africanas, da diáspora, e dos povos indígenas - PROCADI - Universidade de Pernambuco/ UPE

Tatiane Lima de Almeida

Mestre em culturas africanas, da diáspora, e dos povos indígenas - PROCADI - Universidade de Pernambuco/ UPE

RESUMO: A educação intercultural enquanto via de ação política é urgente no sentido de mudança da prática de ensino da história indígena tende a re-descobrir, tirar da invisibilidade, realocar na história as várias etnias e maneiras de ser índio no Brasil, e o apagamento desses povos no nordeste brasileiro. Esse clamor iniciaria por uma revisão, onde o resgatar desses povos esquecidos da história venha redimir a própria historiografia do papel que teve em negligencia-los. Este trabalho se propôs a realizar uma etnografia do ensino da temática indígena nas escolas do município de Capoeiras/PE, a partir da percepção de docentes e discentes. Para partir daí, intervir através da Pesquisa Ação em atividades no viés intercultural, com isso realocar os índios no que diz respeito ao ensino da história. Pela importância do estudo

sobre os povos originários, a presente pesquisa visa contribuir com o diálogo entre antropologia e educação, para que de fato possamos pensar o ensino como ferramenta de mobilização no que diz respeito aos direitos étnicos. E que a sala de aula seja um ambiente mediador de valorização e reconhecimento dos direitos das etnias existentes, principalmente em contexto local e sua importância na formação cultural da sociedade. Com isso, pensar a educação como mediadora de atores e mudanças sociais, um espaço onde o reconhecimento e as mobilizações das comunidades tradicionais possam ganhar força e reconhecimento. O diálogo respaldada na reflexão da Lei 11.645/2008, tendo em vista que a história indígena tratada no âmbito escolar ainda está carregada de preconceitos e estereótipos, tal justificativa se faz necessária, tamanha a carência de esclarecimentos diante do não reconhecimento do índio enquanto sujeito de direitos e do tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilização; Indígenas; Educação.

THE (RE) DENTION OF HISTORIOGRAPHY AND SCHOOL PRACTICE: EXCHANGES BETWEEN KNOWLEDGE, MOBILIZATIONS AND ETHNIC RIGHTS

ABSTRACT: Intercultural education as a way of political action is urgent in the sense of changing the practice of teaching indigenous history tends to rediscover, remove from invisibility, relocate in history the various ethnicities and ways of being indigenous in Brazil, and the erasure of these peoples in northeastern Brazil. This clamor would

begin with a revision, where the rescue of these forgotten peoples in history will redeem the very historiography of the role that it played in neglecting them. This work proposed to carry out an ethnography of the teaching of indigenous themes in schools in the municipality of Capoeiras / PE, based on the perception of teachers and students. To start from there, intervene through Action Research in activities with an intercultural bias, thereby reallocating the Indians with regard to the teaching of history. Due to the importance of studying native peoples, this research aims to contribute to the dialogue between anthropology and education, so that in fact we can think of teaching as a mobilization tool with regard to ethnic rights. And that the classroom is a mediating environment for valuing and recognizing the rights of existing ethnic groups, especially in the local context and its importance in the cultural formation of society. Thus, thinking of education as a mediator of actors and social changes, a space where the recognition and mobilizations of traditional communities can gain strength and recognition. The dialogue supported by the reflection of Law 11.645 / 2008, considering that the indigenous history treated in the school environment is still loaded with prejudices and stereotypes, such a justification is necessary, due to the lack of clarifications in the face of the non-recognition of the Indian as a subject of rights and the present tense.

KEYWORDS: Mobilization; Indigenous people; Education.

INTRODUÇÃO

É necessário evidenciar a ética tupi do *comei-vos uns aos outros*, devorada pela ética cristã como bem destacou Fausto (2009). A alusão ao suposto banquete antropofágico foi utilizada aqui como um convite para se pensar as mobilizações indígenas através da educação, sendo os processos educativos discutidos como possibilidades de interferências em políticas públicas e ações de governo, no reconhecimento da presença indígena e as reivindicações por direitos.

Dessa forma, a discussão será realizada a partir da historiografia mediada por processos educativos que considerem as diferenças étnicas e identidades culturais e uma educação intercultural como tem sido propostos pelas pesquisas do grupo de Modernidade – Colonialidade no contexto latino-americano¹. Desse modo, a considerar a colonialidade como uma colonização epistemológica, uma ocidentalização hegemônica do eurocentrismo, sobretudo, ainda presente na produção didática brasileira e nos processos educativos até aqui analisados.

Pensar e repensar os silêncios que a historiografia e a escola promoveram sobre os indígenas, bem como os desdobramentos das questões indígenas, são objetivos da discussão deste trabalho. Estando respaldado nas reflexões de João Pacheco de Oliveira (1998), presente no texto “*Etnologia dos índios misturados*”, ao discutir esses silêncios que

1 Para a proposta de revisão historiográfica e mobilizações indígenas, utilizou-se as prerrogativas propostas pelo Grupo Colonialidade/Modernidade como arcabouço teórico que possibilita uma análise crítica de paradigmas eurocêntricos no ensino-aprendizagem para as questões étnico-raciais, assim como, foi considerado a pedagogia decolonial e educação intercultural como viáveis para se pensar a mobilizações indígenas no presente. A proposta transdisciplinar e a nova episteme foi discutida por: OLIVEIRA, L.F. de, & Candau, V. M. F. (2010). Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educ. ver. [Online], 26(1), 15-40.

a história promoveu sobre os indígenas no Nordeste brasileiro.

A educação intercultural enquanto via de ação política é urgente neste sentido, propondo mudanças na prática de ensino da história indígena, amparada na antropologia e numa nova visão da história dos povos originários. Discuti a invisibilidade e realocar na história as várias etnias e maneiras de “ser índio no Brasil”, bem como elucidar questões que omitiram os povos indígenas na História do Brasil. Repensar o apagamento desses povos na historiografia no Nordeste brasileiro, esse clamor iniciaria por uma revisão, repensar esses povos esquecidos da/na história venha redimir a própria historiografia em negligencia-los.

Para tanto este trabalho se propôs a realizar uma reflexão acerca do ensino sobre a temática indígena nas escolas do município de Capoeiras Agreste de Pernambuco, inserindo esse município dentro da questão indígena e a partir daí traçar uma discussão tendo como base a lei 11.645/2008, a história indígena na qual a região como de estudo se insere. Com isso realocar os índios no que diz respeito ao ensino da história. Pela importância do estudo sobre os povos originários, a presente pesquisa visa contribuir com o diálogo entre antropologia e educação, para que de fato possamos pensar o ensino como ferramenta de mobilização no que diz respeito aos direitos étnicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de estudo

O município de Capoeiras está localizado da mesorregião do Agreste meridional de Pernambuco e na micro-região de Garanhuns, situado no limiar das relações socioculturais entre o litoral e o interior do estado de Pernambuco. Historicamente o município está inserido no contexto das rotas comerciais do chamado “Sertão do Ararobá”, dentro do processo de branqueamento e caboclicização² que afetou diretamente as populações indígenas nessa região.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, serão realizadas intervenções em campo compreendidas dentro da etnografia escolar (André, 2004). Tomando por base este método, não foram formuladas perguntas ou problemas *a priori*, levando em consideração que o pesquisador deve primeiro ingressar no campo a ser investigado (BISPO e GODOY, 2012. p. 6). Realizar o exercício de observação e compreensão, das ações e das práticas

² Termo discutido por Alexandre Gomes Teixeira Vieira, também autor deste artigo em sua pesquisa de mestrado em curso, e em um artigo recente intitulado: *Os silêncios da historiografia oficial e o processo de caboclicização: negação, afirmação e reelaboração identitária* (no prelo), esse fenômeno da caboclicização também já foi discutido por Edson Silva em sua Tese de Doutorado intitulada: *Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988*, no ano de 2008.

cotidianas do grupo em investigação, da maneira mais imparcial possível e com o menor número de pressuposições (BISPO e GODOY, 2006. p. 7).

Analisaremos o processo de ensino da temática indígena em escolas públicas do município de Capoeiras/PE. Neste contexto o pesquisador deve-se tornar-se parte integrante do processo de produção, reprodução e modificação do conhecimento, visto que as observações participantes e as notas de campo são condição obrigatória na pesquisa.

Também, foi realizado amplo levantamento bibliográfico, bem como realizada análise de alguns livros didáticos existentes na escola, e como estes tratavam da temática indígena. Foram também realizadas entrevistas com estudantes e professores nas modalidades: semiestruturada; aberta; focalizada e projetiva”, conforme Minayo (2016, p.59).

Ainda acerca das entrevistas, foram realizadas intervenções no âmbito da História oral e da Pesquisa documental na região em torno da escola campo de estudo, com a finalidade de tentar em profundidade inserir a mesma no contexto a que este trabalho se propõe. Foi ainda utilizado o método onomástico, proposto originalmente por Carlo Ginzburg no estudo das comunidades a partir de seu sobrenome.

A TEMÁTICA INDÍGENA NO INTERIOR DE PERNAMBUCO: O SILENCIAMENTO E A NEGLIGENCIA DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL

A região onde esta pesquisa será realizada insere-se no contexto histórico das rotas comerciais no interior de Pernambuco, o chamado “Sertão do Ararobá”, com índios, missionários, tropeiros, comerciantes de escravizados dentre várias outras personagens nessa região. Uma figura sempre presente nas narrativas das comunidades dessa área são os chamados “cabocos brabos” ou “negos de cabelo bom” ou ainda “um povo moreno de cabelo liso”, habitante os vales de rios e pés de serra.

A necessidade de um estudo tratando da temática indígena no interior de Pernambuco em um município onde não são conhecidos povos indígenas, e não está bem definida na memória social pretérita local é um tanto estranho. Mas, várias são as famílias que assumem como apelido ou sobrenome o termo “caboco”, com referências a uma ancestralidade advinda dos chamados cabocos brabos. No que diz respeito especificamente a área de estudo, os habitantes que viviam na Serra do Gurjão, na Capoeira do Pinto e no sítio Xucuru.³

Assim duas questões importantes precisam ser pensadas neste ponto; primeiro o município de Capoeiras está relativamente próximo de povos indígenas em Pernambuco, a exemplo dos Funi-ô (Águas Belas), Kapinawá (Buíque, Ibimirim e Tupanatinga) e Xucuru Ororubá (Pesqueira e Poção) e Xucuru de Cimbres (Pesqueira, Venturosa e Pedra). A segunda questão é pensar historicamente a construção do município de Capoeiras como este relacionado com a temática indígena, sobretudo nos processos envolvendo o território

³ Regiões localizadas no município de Capoeiras/PE.

pós 1850 com a publicação da Lei de Terras.

O município de Capoeiras está localizado da mesorregião do Agreste meridional de Pernambuco e na micro-região de Garanhuns, situado no limiar das relações socioculturais entre o litoral e o interior do estado de Pernambuco. Historicamente o município está inserido no contexto das rotas comerciais do chamado “Sertão do Ararobá”, e no processo de branqueamento e caboclicização⁴ que afetou diretamente as populações indígenas nessa região.

O local específico está referenciado historicamente na rota de comércio a “mata” ao “Sertão”, na rota de comércio servindo de parada para os tropeiros na antiga rota para Cimbres, como afirmou Alberico Bezerra de Melo:

Em fins do século XVII o caminho obrigatório dos almocreves ou tropeiros que conduziam suas tropas de burros transportando algodão e pele do Sertão para a zona da Mata, era as capoeiras. Nesse terreno havia uma clareira onde passava um riacho ladeado por algumas árvores frondosas, sendo ponto de descanso dos tropeiros. Essas terras pertenciam a freguesia de São Bento do Una, onde na época já havia, algumas fazendas para os lados de Maniçoba (1978).

O povoamento massivo dessa região ocorreu partir do século XVIII, com a exploração da Freguesia do Una como pontua Cintra (1988, p. 29). Sabe-se também que a região era densamente povoada por comunidades de cabocos brabos ou indígenas (FERREIRA, 2001, p. 88).

Caboclo é um termo amplamente difundido nos interiores do Brasil, mas no Nordeste essa expressão possui uma carga semântica muito forte relacionada a temática indígena. Edson Silva (2004) discutiu o termo caboclo enquanto uma categoria utilizada por pessoas interessadas nas terras do povo indígenas Xukuru habitantes em Pesqueira e Poção. Utilizava-se a expressão caboclo para negar a existência de índios em uma determinada região, negar sua identidade para então se apropriar das terras com maior facilidade.

Logo o “caboclo” é um termo para designar as populações indígenas onde não se queria reconhece-las, que existissem. Mas no interior de Pernambuco a expressão “caboco” ou “caboco brabo” é fonte para adentrar nas memórias e na história dos povos indígenas, pois ao negar-se esses povos se consolidou uma memória acerca destes, que na atualidade é a principal fonte para tirar esses povos da invisibilidade e pensar a reelaboração idenitária dos indígenas.

A caboclicização está relacionada ainda a política de embranquecimento da população brasileira discutida por Rosiane Rodrigues (2013, p. 70), ao tratar das leis implantadas na Colônia e no Império, sobretudo no final do século XIX, no intuito de mesclar negros e índios a brancos para, *grosso modo*, deixar os brasileiros mais parecidos com portugueses. O que foi possível conjecturar a partir desse contexto ao confrontar a bibliografia com as

⁴ A caboclicização foi discutido por Edson Silva na sua Tese de Doutorado em História intitulada: *Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988*, no ano de 2008.

fontes orais e documentais na região estudada é que as populações indígenas existentes foram afetadas pela política de branqueamento.

Nesse sentido, citamos Rita Nita de Almeida que era conhecida como “Veia Rita”, filha Antônio Véio caboco, curandeiro como era conhecido na região, de condição econômica inferior à do fazendeiro Henrique Almeida Calado, homem rico dono de mais de 360 hectares de terra, respeitado pela comunidade, viúvo com filhos e mais velho que a senhora Rita mais de 40 anos⁵. Um casamento que conforme relatos dos familiares não foi feliz. Ficando o questionamento sobre os arranjos que estavam por trás dessa união. Seria um casamento forçado? Por interesse? Será que Rita foi dada ao casamento? Discussão essa que não cabe na presente pesquisa, mas está posta. Esses casamentos ao que tudo indica estão também relacionados ao processo de branqueamento ocorrido no final do século XIX e início do XX (RODRIGUES, 2012), e a caboclicização nesta mesma época e local (SILVA, 2004).

Essa conjuntura histórica e política originou-se a várias narrativas sobre mulheres caboclas pegadas a força “a dente de cachorro” e ainda “acuadas por cachorros” sendo obrigadas a constituir família com fazendeiros da região. Nesse processo essas mulheres adquirem novos sobrenomes como Almeida, Calado e Vitor para citar os mais representativos na área de estudo. (Nogueira, 2018) “meu pai robô minha mãe em Garanhuns...(risos). Naquele tempo tinha muito isso, as muiê era até laçada. (Milton, 2018) “ Meu avô me contava que o pai dele pegou a mãe no laço lá no Gurjão e levou pra casa”.

Ainda é necessário inserir a questão da Lei de Terras publicada em 1850 que afeta diretamente as comunidades originárias na região campo deste estudo. Quando pensamos o discurso oficial e o silenciamento a partir de leis que decretaram o fim de aldeamentos indígenas em Pernambuco amplamente estudados por Valle (1992) e Moreira Neto (2005) no fim do século XIX e a emergência étnica iniciada na década de 1920 com o processo de etnogênese de vários povos indígenas no interior de Pernambuco. Onde se insere o processo de caboclicização e a história indígena na área onde está pesquisa será realizada. A pergunta é, onde estão então esses indígenas silenciados?

Chamar alguém de “caboco” ou ter esse termo enquanto uma memória ancestral na região do Agreste de Pernambuco é afirmar-se um índio. É preciso ampliar as possibilidades sobre o termo “caboco” e a própria temática indígena a ser abordada em sala de aula, tendo em vista que tal palavra apresenta grande potencial para evidenciar os indígenas silenciados pela historiografia.

Para buscar responder de alguma maneira a pergunta, pensamos acima estabelecer um diálogo entre a Antropologia e a Educação, sobre o reconhecimento dos povos indígenas e do passado indígena da região estudada. Percebendo que o morador no interior de Pernambuco é parte da história indígena, nas formas de ser, agir e a história. Tratando-se

5 Citação obtida através de relatos de familiares dos falecidos Rita Nita de Almeida e Henrique Almeida Calado, que são bisavós da autora.

de um dever da educação contribuir para a reafirmação da presença dos indígenas que resistem as intempéries da sociedade atual historicamente construída.

Dessa forma, a Lei nº 11.645/2008, tem como finalidade também garantir que essa memória indígena seja discutida em sala de aula, inserindo todo e qualquer lugar onde as memórias dos cabocos estejam presentes como um lugar que integra essa história. A função da Lei e de modo geral da educação é atuar como lugar de elucidar e problematizar questões que o discurso oficial negligenciou.

Isso respondendo a questão étnico-racial, tendo a educação não apenas enquanto lugar de difusão de informação, mas enquanto lugar de construção de conhecimento. Favorecer esse olhar para escola, rompendo com a passividade da instituição de ensino e com a própria sala de aula, enaltecendo novos lugares e dinâmicas que dialoguem com o cotidiano e história dos estudantes. Visando intercalar conhecimentos e prezando por uma formação que respeite a heterogeneidade da população brasileira e estabelecendo um ambiente no qual docente sinta-se livre e seguro para compreender seu processo de formação histórica, discutindo seus deveres e reivindicando direitos.

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO ENQUANTO MEDIAÇÕES E VALORIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

São muitos os problemas enfrentados pela educação em nosso país, sobretudo quando se trata da diversidade étnico-racial. É necessário que a educação e antropologia mantenham um diálogo acerca do que se entende sobre a história e culturas dos povos indígenas. Uma vez que o que é ensinado no âmbito escolar está carregado de preconceitos e estereótipos, expressos por docentes e discentes.

Souza e Nascimento (2010, p. 125) escreveram que:

Portanto, é nessa perspectiva que a educação deve ser pensada, como sendo uma disciplina mista, que articula saberes múltiplos e que é capaz de dialogar com outros campos do conhecimento. Dessa forma será possível uma maior reflexão sobre a temática da diversidade cultural no âmbito da educação, tendo a antropologia como ciência interlocutora nesse processo.

Ainda na atualidade, no processo de ensino-aprendizagem percebemos que não é evidenciada a importância devida ao processo histórico vivenciados pelos indígenas durante a colonização, sobretudo no Nordeste brasileiro. O ensino sobre os índios ainda se restringe as literaturas de cronistas, administradores e viajantes do século XVI-XIX que descreveram os indígenas como personagens folclóricos, pensados enquanto figuras anacrônicas e estagnados em relação às dinâmicas históricas.

Além disso, os livros didáticos que não valorizam a cultura e a diversidade dos povos indígenas em nosso país, também não contemplam as peculiaridades dos povos habitantes no Nordeste brasileiro. Não que os subsídios didáticos não apresentem o índio na história, mas trata-se das negligências sobre a grande diversidade desses povos e na

maioria das mantendo estereótipos.

O reconhecimento dos povos indígenas ocorreu tardiamente após décadas de violências, opressão, silenciamento e escravidão. Os avanços propostos na legislação brasileira a partir de novas experiências democráticas pós Ditadura Civil-Militar, apresentam contribuições significativas para a compreensão da diversidade étnica e cultural em nosso país, constituindo-se em ações afirmativas potencializadoras para uma educação das relações étnico-raciais. Os movimentos indígenas nas décadas de 1970 e 1980 tiveram papel importantíssimo nesse contexto de mobilizações sociais.

Dessa forma a legitimidade nas últimas décadas foram conquistados novos cenários políticos e os movimentos sociais que ocuparam espaços e difundindo o respeito à sociodiversidade. Direitos sociais específicos foram reconhecidos, identidades foram afirmadas e respeitadas com reivindicações indígenas em um cenário de embates políticos.

Com as leis 10.639/2003 e lei 11.645/2008 que promoveram um avanço nas últimas décadas nas discussões sobre as relações etnoraciais e o cenário histórico citado anteriormente sobre esses povos, no âmbito educacional, ocorreram as possibilidades de reconhecer e discutir a sociodiversidade brasileira como um lugar de resistência. Para suporte as manifestações sociais e fundamentar a legislação favorecendo esses grupos, tendo em vista que a “Lei nº 11.645 nos coloca: estabelecer um diálogo intercultural respeitoso com os povos indígenas...” (MEDEIROS, 2012, p. 61).

Com pesquisa ainda em andamento percebe-se que os professores desconhecem a Lei mencionada, e muitos não tiveram contato com o teor do documento recebido nas escolas ou procuram conhecer a proposta da mesma através de pesquisas. É importante mencionar que esta Lei vigora há 10 anos e ainda não se efetivou plenamente no processo de ensino nos espaços escolares do Brasil, bem como ampliar a atuação para o reconhecimento e respeito à diversidade étnica em nosso país.

O que ocorre principalmente pela ausência de discussões sobre a temática nas formações continuada de professores pelos órgãos responsáveis, como as secretarias de educação e universidades, que deveriam contemplar essas discussões nos cursos de formação de professores. Edson Silva (2012, p.6) afirmou que é necessário que as secretárias incluam capacitações e formação continuada para os docentes, na perspectiva da diversidade étnico-cultural.

Ficando evidente nas diversas pesquisas realizadas e divulgadas que a maioria dos educadores não estão preparados para discutir a temática indígena em sala de aula. Ressaltando que esse problema não está restrito à temática indígena, mas também a vários outros temas relacionados ao contexto contemporâneo, expondo a fragilidade de uma educação contextualizada e presente.

É preciso educar as crianças e os jovens para a construção de um olhar crítico sobre as relações de desigualdades existentes entre os diversos grupos étnicos em nosso país. Corroborando com o proposto por Collet (2013, p. 8), quando afirmou que:

“Cabe chamar a atenção para a importância da abordagem da temática indígena na sala de aula não apenas porque ela é uma questão politicamente correta ou porque os índios são nossas raízes, mas também pelo fato de que existem hoje graves situações de conflitos, discriminação e violência sofrida pelos povos indígenas”.

Para a situação específica do município Capoeiras e da meso-região do Agreste pernambucano, o *locus* deste estudo, onde a indígena corresponde ao discutido por Edson Silva (2014) como caboclicização e ao silenciamento sobre os indígenas no Nordeste brasileiro e também como apresentou João Pacheco de Oliveira (1998). Onde existem subsídios tratando da temática indígena, mas que em nada modifica a atual visão predominante sobre os povos originários na contemporaneidade.

Nesse contexto que discutimos a importância dos diálogos Educação e Antropologia, para a compreensão das demandas sociais com as exigências advindas quando não são efetivadas enquanto políticas nacionais na educação (LDB, PCN) e das políticas de diversidades (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008). Assim a antropologia enquanto reflexão seria um mediador fundamental para tratarmos da temática pluralidade sociocultural e o reconhecimento de direitos a partir da escola.

Gusmão (2010, p. 261) afirmou que a contribuição da Antropologia, com suas teorias e práticas, iluminada por sua própria transformação histórica em uma ciência mais compreensiva e crítica, faz-se fundamental nos diálogos com a Educação. Os conhecimentos e abordagens antropológicas contribuirão para que o professor elaborasse uma visão crítica, considerando a pluralidade existente no espaço escolar, a construção e reelaboração identitária dos povos originários na História.

Para tanto, Gusmão (1997, p.1) escreveu:

Na relação entre antropologia e educação abre-se um espaço para debates, reflexão e intervenção que acolhe desde o contexto cultural da aprendizagem, os efeitos sobre a diferença cultural, racial, étnica e de gênero, até os sucessos e insucessos do sistema escolar em face de uma ordem social em mudança.

A escola é um *locus* que possibilita estudar diversos grupos em todas suas particularidades (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados), nossa preocupação com nessa discussão não apenas é o processo educativo, mas também o papel da antropologia na construção da formação educacional dentro dos espaços escolares. Recorremos a Gusmão (2010, p. 263) por afirmar que Antropologia como ciência na modernidade tem muito a dizer no campo da Educação. Possibilitando uma educação como cultura, e não só como cultura escolar, abrindo espaço para uma reflexão sobre as possibilidades de compreensão sobre o cotidiano escolar, ampliando a concepção para além da escola, com a qual a Antropologia pode contribuir.

Ressaltamos a importância da educação como um meio para contribuir com o reconhecimento dos povos indígenas na História do Brasil, fazendo a sala de aula um espaço de mobilizações contra preconceito e diversidade cultural. Seria fundamental o papel

da Antropologia na formação acadêmica dos professores, favorecendo a transformação da visão eurocêntrica construída principalmente pela forma homogeneizadora da educação.

A escolha de Capoeiras como *locus* da pesquisa não foi de forma aleatória, tendo em vista, que o município estar localizado próximo dos territórios indígenas Xucuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Xucuru de Cimbres em Pesqueira, Venturosa e Pedra, Fulni-ô de Águas Belas e Kapinawá em Buíque. Nesse sentido é imprescindível que seja evidenciada a visibilidade para esses povos na contemporaneidade e não no passado, ou que vivem nas florestas da Amazônia como muitas vezes são retratados pela mídia e subsídios didáticos.

É visível a ausência da temática indígena nos currículos vividos em sala de aula pelos professores, sendo discutidos e quase que unicamente vivenciado pela escola no dia 19 de abril, o Dia do índio, deixando assim de contemplar a importância da diversidade dos povos indígenas habitantes tão próximos, mas ainda existe uma visão estereotipada do indígena como personagem folclórico.

Torna-se necessário entender que mesmo com uma presença significativa de indígenas nas proximidades de Capoeiras/PE e mesmo historicamente existirem indígenas em regiões vizinhas, a discussão é desconsiderada em sala de aula de forma que não legitima os povos na História do Brasil. Com esse estudo desejamos contribuir com subsídios para atuais pesquisas sobre o ensino da temática indígena.

POR UMA REINVENÇÃO DA ESCOLA E DA HISTORIOGRAFIA: ESCOLA ENQUANTO LOCAL DE RECONHECIMENTO DE IDENTIDADES, HISTÓRIAS E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

A colonialidade do saber que aqui sobrevive no pós-colonial e se apresenta como perspectiva cognitiva que situando os “povos sem história” nas margens, nas bordas, na periferia da história. A partir de uma análise crítica sobre os índios na História, esta possibilitaria perceber os indígenas “deixar a memória de si”, a uma “imortalidade da lembrança” aqui será o ponto de partida para o retorno, uma fronteira de encontros interculturais e interdisciplinares.

A colonialidade do saber nos revela, ainda que para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

A ética Cristã que ainda devora, e assume novos apetites com o percurso da história. Evidenciando os indígenas como a necessidade de (re)descobrir, tirar da invisibilidade, realocar na história e para a história, sobretudo na atualidade no Brasil, com mais de 300 formas diversas de ser índio. O convite intercultural é urgente no sentido de mudança da

prática de ensino sobre da história indígena. Esse clamor sendo iniciado por uma revisão e como bem pontuou Jonh Manoel MONTEIRO (2003) em não apenas resgatar esses povos “esquecidos” da infância da história, mas em redimir a própria historiografia do papel que teve de erradicar os índios, uma vez que, como bem destaca Monteiro (2001) “a crônica da destruição e do despovoamento já não é mais aceitável para explicar a trajetória dos povos indígenas nestas terras”.

Nesse sentido, uma transformação no ensino urge por nos abordagens históricas, e nesse percurso cabe ressaltar justamente a abordagem da história dos povos indígenas. Estes que em geral ainda são citados entre o “bom” e o “mal” selvagem, como povos que apenas respondiam as reações da empresa colonial, ora como ser idílico, exótico, selvagem, puro, ora como canibal, besta, bicho que deveria ser domesticado, civilizado e convertido a fé cristã. Ideia de uma cultura pura, congelada e em oposição os ex-índios.

Posteriormente, quando se inaugurou a escrita da História do Brasil pela pena institucionalizada do IHGB, o índio como “ser primitivo”, podia e devia ser incorporado a história nacional como um ser ancestral que pelo viés evolucionista seria mestiçado, diluído e apagado da história. Afinal, povos da infância, da idade da pedra, de uma história perdida como interesse de estudo então da etnografia, como meros objetos científicos desaparecidos pela “sono eterno” da evolução. A partir de uma abordagem de caráter determinista, a aculturação, a miscigenação “adormeceu” os índios na História.

As reflexões sobre os povos indígenas na atualidade ocorreu justamente pela supressão do “diálogo de surdos” entre antropólogos e historiadores sobre os índios que saíam “dos arquivos para uma vida mais agitada nas monografias”, para a releitura dessas vozes adormecidas pela história, especialmente na história colonial, precipitaram a ler nas entrelinhas dos documentos, e por um viés decolonial o índio enquanto sujeito histórico, que subvertia a ordem imposta pelos colonizadores a seus interesses, a reconfigurar e reinterpretar o papel das aldeias indígenas coloniais, não como um espaço de aculturação, mas como ressocialização e de reconstrução de identidades culturais, como espaço de sobrevivência e liberdade possível, a língua que fora fator de domínio imposta as diferentes nações indígenas, usada como elo para a sobrevivência e rearticulação dos mesmos.

Importante destacar que o reaparecimento dos índios na história enquanto sujeitos ocorreu em razão das mobilizações destes povos, que mesmo diante dos massacres, violências e denúncias como as expostas no redescoberto Relatório Figueiredo⁶, apresentando fortes evidências que corroborariam com as reivindicações de direitos pelos índios. Mobilizações que são percebidas por uma sociedade se reconhece plural e (re)

6 As redescobertas do Relatório Figueiredo como importante documento de denuncia e provas contra os crimes que acometeram populações indignas, vitimando 6 milhões de índios e documentando torturas, abusos sexuais, escravidão, roubo de terra, assassinato de aldeias inteiras com metralhadoras, inoculação proposital de varíola, e envenenamento através do arsênico e estricnina no açúcar oferecido aos índios, ainda se apresenta como uma documentação incomoda, pois prova a culpa de latifundiários, funcionários do Estado e políticos em 8 mil páginas que se revelam e inda estão por revelar reivindicações ao direito de terra indígena, assim como violação de direitos e pela renovação historiográfica pelo encontro com a antropologia a contemporaneidade dos índios enquanto atores sociais.

descobre os índios, pois estes não são massa amorfa, nem fosseis, e não foram apagados pela miscigenação.

A ideia dos indígenas apenas enquanto discurso sobre um povo único, mascara e serve para suplantar os direitos das “minorias” entre maiorias. Ademais, que no caso dos índios contribuí para a permanência do desconhecimento sobre a complexidade numérica e sociocultural dos índios. As reivindicações indígenas enquanto povos na atualidade ressoa na mudança de leis que reconhecem o caráter pluriétnico do povo brasileiro, e com isso afirmar as sociodiversidades indígenas no Brasil para então promover e garantir o direito as diferenças socioculturais.

Afirmar as sociodiversidades indígenas no Brasil é, portanto, reconhecer os direitos as diferenças socioculturais, é questionar a mestiçagem como ideia de uma cultura e identidade nacional. É buscar compreender as possibilidades de coexistência socioculturais, fundamentada nos princípios da interculturalidade (SILVA, 2012, p. 43).

O que urge na criação de formas inclusivas como a Lei nº 11.645/2008 para o ensino da história e cultura indígena que deveria perpassar desde as universidades, formação dos professores e secretarias municipais e estaduais de Educação para a viabilização da determinação legal e garantir o conhecimento da história indígena, valorização e respeito dos mesmos. Ainda no que diz respeito a citada Lei, cabe ressaltar possíveis impactos assim como divergências a partir das discussões sobre a temática indígena na sala de aula. Nesse sentido, o estudo realizado por Mauro Coelho (2009), nas escolas de Belém/PA e nos livros didáticos, constatou a escola, e, sobretudo o ensino de história enquanto lócus privilegiado para a pretensa formação da cidadania favorecia a vitimização dos índios para então a história salvar e glorificá-los.

A *vitimização* é um segundo momento da representação do índio como detentor de uma ingenuidade e de um desconhecimento, atávico nos dois casos, que o tornariam particularmente incapaz de responder à ambição e à violência - causas da *vitimização*. (...) Nos processos históricos tratados pelos livros didáticos analisados, as populações indígenas são classificadas como **sacrificadas, perdidas, massacradas e submissas** (COELHO, 2009, p. 275, grifo nosso).

Pela análise proposta remonta a teoria de coisificação do escravo, mas nesse caso, recaindo sobre a vitimização como representação do indígena o seu extermínio, o desaparecimento e fundamentalmente a incapacidade de mobilizações no presente, uma vez que não reconhece a condição de agente histórico. Expressões como genocídio e etnocídio apresentam uma perspectiva de extermínio total e/ou desaparecimento da cultura indígena, segundo a argumentação proposta por Sila (2012), que não se considera, dessa forma a depopulação indígena, e sim o seu desaparecimento definitivo.

Ademais, o autor ressaltou que não se trata de desconsiderar a violência sistêmica empregada contra os índios, mas a ressaltou as representações que considerem outras

questões para além da escravização e do suposto extermínio, o que foi questionado pelos estudos de Serge Gruzinski (2001) ao evidenciar o pensamento mestiço, as culturas híbridas, as relações onde identidades interculturais e histórias são re-inscritas.

Outas divergências mais comuns recaem sobre a representação dos índios nos livros didáticos, ainda apresenta lacunas, silenciamento em uma história dualista sobre os índios com reprodução de estereótipos e a ideia dos índios unívocos. E quanto às imagens dos índios nesses livros, que dificilmente apresentam imagens de índios na atualidade, mas apenas reproduções pictóricas do passado colonial sem uma devida interlocução entre narrativa visual e escrita.

Na atualidade, estar disponível para o professor com as discussões realizadas pela chamada nova história indígena e sua multiplicidade de diálogos com a Literatura, Antropologia, a Arqueologia, e História em uma interdisciplinaridade, contribuindo para (re)construir a história dos índios tanto no passado quanto reconhecendo a cultura, a identidade, a história, dinâmicas e mobilizações na atualidade. Enquanto convergências essas novas abordagens evidenciam, vale-se lembrar do índio enquanto sujeito da/na História. Buscando expor som, imagens e vozes falada e contada e escrita aos indígenas, conhecer a produção audiovisual indígena, a músicas, as narrativas multimodais, e a arte produzida pelos índios.

Sem deixar de pensar na formação continuada dos professores para o ensino da temática indígena, e terem as condições de realizar a transposição didática, onde os conhecimentos acadêmico possa chegar até a sala de aula de maneira a evidenciar os índios na História e (re)conhecer-los como sujeitos sócio-históricos de direitos, expressões socioculturais a serem valorizada e respeitadas na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltar que a sala de aula é ambiente mediador de reconhecimento e valorização dos direitos étnicos existentes no Brasil em especial na região Nordeste, principalmente em contexto local e sua importância na formação cultural da sociedade. Ainda será necessário percorrer um longo caminho de renovação da própria lógica institucional por trás da escola.

O diálogo Antropologia/Educação respaldada na reflexão da Lei 11.645/2008, considerando que a história indígena tratada no âmbito escolar ainda está carregada de preconceitos e estereótipos, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes. Reafirmamos a carência de esclarecimentos diante do não reconhecimento do indígena enquanto sujeito de direitos na atualidade. Pensando a educação como mediadora das possíveis mudanças sociais, e como meio de (re)afirmação identitária e reconhecimento dos direitos dos povos originários, depende da constante preocupação e atualização das instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

COELHO, Mauro Cesar. “ A história, índio e o livro didático: apontamentos para uma reflexão sobre o saber histórico”. MAGALHÃES, Marcelo; REZNIK, Luis; ROCHA, Helenice. A História na Escola. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, pp. 263-281.

COLETT, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. Quebrando Preconceitos subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria Ltda. 2013.

FEIL, Roselene. O (não) lugar do indígena na “literatura brasileira”: por onde começar a inclusão? Boitatá, Londrina, n. 12, p. 122-137, jul-dez 2011.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. Tradução Rosa Freyre D’Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Por uma Antropologia da Educação no Brasil. Pro-Posições, Campinas, v.21, n.2 (62), p. 259-265, maio/ago. 2010.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. Cadernos CEDES, vol.18, n. 43, Campinas, Dec. 1997.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas e a Lei nº. 11.645: (in)visibilidades no ensino da história do Brasil. In: BERGAMASHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER; Maria Luísa Merino de Freitas. (orgs) Povos Indígenas & Educação. Porto Alegre: editora Mediação, 2012. P. 49-62.

MINAYO, M.C.S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis – RJ. Vozes, 2016.

MONTEIRO, John. “O desafio da história indígena no Brasil”, in Aracy Lopes Silva; Luís D. B. Grupioni (orgs.), A temática indígena na escola, Brasília, MEC/MARI/UNESCO.

_____. “Redescobrimo os índios da América portuguesa: Antropologia e história”, in O. A. Aguiar; J. E. Batista; J. Pinheiro (orgs.), Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. Os índios e a ordem imperial. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no império. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, 2010, pp. 53-72.

MUNDURUKU, Daniel, O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970). Ed. Paulinas, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do; SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva, Antropologia, Educação e Estado Pluricultural: notas sobre o sistema educacional brasileiro frente à pluralidade cultural. O público e o privado, nº 16. 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil / – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.*

OLIVEIRA, João Pacheco. *Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.* Mana [online]. 1998, vol. 4, n.1 [cited 2017-07-13], pp. 47-77. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.19-20, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

RODRIGUES, Rosiane. “nós” do Brasil: estudo das relações étnico-raciais. São Paulo. Moderna. 2012.

SILVA, E. Xucuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988. Recife. Editora da UFPE, 2014.

SILVA, Edson. “Povos indígenas: história, culturas e o ensino a partir da lei 11.645”. In: Revista Historien UPE/Petrolina, v. 7, p. 39-49, 2012.

THIÉL, Janice Cristine. *A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural.* Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013.

VALLE, Sarah Maranhão. *A perpetuação da conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco do Século XIX.* Recife: UFPE, 1992. (Dissertação Mestrado em História).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aldeias 11, 15, 26, 31, 33, 48, 60, 61, 62

Amazônia 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 79

B

Bílingue 28, 29, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 46, 50

Brasil 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 26, 28, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 58, 60, 61, 70, 71, 78

Budismo 60, 61, 68, 71

C

Cidade 61, 63, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Colonizadores 11, 72

Comunidade 6, 51, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Cultura 7, 9, 11, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 50, 51, 59, 71, 77

D

Direito à educação 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 46, 47

Direitos 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 24, 25, 26, 36, 39, 43, 46, 50, 55

Diversidade 7, 8, 9, 10, 15, 19, 33, 37, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 57, 58

E

Educação 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 58, 65, 66, 70, 71, 81

Etnicidade 49, 72

Etnografia 1, 3, 11, 49, 72, 78, 79

H

Habitação 60, 61, 75

História 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 41, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 72, 77, 79, 81

I

Indígenas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 73, 74, 77, 78

Indígenas no RN 49, 51, 55

Investimento 28, 29, 46, 47

L

Literatura de cordel 16, 17, 18, 19, 25

M

Mayas urbanos 72

Mobilização 1, 3

P

Pesquisas acadêmicas 28, 29, 30, 40, 53

População 5, 7, 20, 51, 58, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 78

R

Reconhecimento 1, 2, 6, 8, 9, 10, 13, 59, 66, 67

S

Seminários Jepuruvô Arandú 49

T

Territórios etnoeducacionais 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48

V

Valores 9, 17, 25, 26, 32, 35, 53, 57, 60, 61, 66

Culturas e história dos povos indígenas

2



-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Culturas e história dos povos indígenas

2



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br